Título: Sofrimento feminino e *ethos* militar: o olhar de uma psicologia sócio-antropológica

Autora: Thaís Seltzer Goldstein, doutoranda do IP-USP
gold.thais@gmail.com

1.0 - Considerações sobre o *ethos* militar

Segundo o antropólogo Clifford Geertz,

> O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético (...). O *ethos* representa um tipo de vida implícito no estado de coisas do qual esse tipo de vida é uma expressão autêntica (Geertz, 1973, p.143).

O autor propõe uma relação significativa entre os valores que se perpetuam em um povo e a "ordem geral da existência em que esse povo se encontra", fenômeno que supõe a participação de dimensões "implícitas e diretamente sentidas", orientadas para a "conservação da provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta" (idem, p.144). Geertz afirma ainda que tais significados precisam ser "armazenados" através de símbolos que sintetizam o que se conhece sobre aquele mundo em termos morais, estéticos e afetivos.

Se tomamos como ponto de partida o reconhecimento de um *ethos* militar, é fácil identificar a existência de uma gama de símbolos, rituais, valores, condutas e discursos atrelados a esferas morais, estéticas e afetivas, com feições distintas e próprias, desenhando um conjunto cultural - complexo e estratificado - que orienta as ações dos indivíduos e ajuda a conservar significados próprios à cultura militar.

Da bandeira aos distintivos, da "ordem do dia" à "ordem unida", das "fainas" à farra, da rigidez das práticas ao enrijecimento do corpo e dos discursos, do sentimento de fadiga ao orgulho da farda, dentre tantas expressões - implícitas e explícitas - que, aqui propomos entender como parte do *ethos* militar, há que se reconhecer uma eficácia quanto à conservação da "provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta" (idem, p144).

Após pesquisa etnográfica em uma academia militar renomada, Castro (1990) apresenta-a como lugar de passagem e transformação dos sujeitos. Discute aspectos significativos do mundo militar e sugere a existência de um "espírito militar", que perpassa a carreira e é vivenciado desde o período de formação do militar. O grupo ingressante, ao ser submetido às mesmas condições e desafios, estabelece laços afetivos, além de um sentimento de pertença que serve de base para o sucesso do rito de passagem da identidade civil para militar. Nesse período de construção, os ingressantes seguem um programa intensivo de atividades, em regime de isolamento e obediência. Devem abandonar certos hábitos e seguir o regulamento institucional. Após poucos meses, passam a ter um modo semelhante de vestir-se, falar, andar e, afinal, de pensar e agir.

> (...) comparada a outras profissões, a militar representa um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneização interna - 'espírito de corpo'-,

> mesmo que freqüentemente ao preço de um distanciamento entre os militares e o mundo civil.
> (Castro, 1990, p. 34)

Em tese, o cumprimento dos deveres por parte daquele que “encarna” o “espírito militar” deve sobrepor-se a tudo e a todos, ainda que vá de encontro às necessidades, vontades e limites pessoais. A disposição para enfrentar sacrifícios está pautada na valorização de algo maior que os indivíduos - a pátria, a nação, a tropa da qual cada um depende para que sua vida siga em ordem - conferindo ao militar uma grandeza e dignidade que o diferenciaria do civil.

O que vemos, em termos de conjuntura (já que o Brasil há muito não se envolve em guerras), é que há restrição orçamentária para exercícios de guerra e também para gratificações salariais; crescente procura pela carreira militar como forma de sobrevivência num país ainda assolado pela desigualdade sócio-econômica; decepção de muitos com a carreira militar em função dos baixos salários e excessivas exigências; comprometimento do status social do militar após a ditadura instituída por um governo militar no Brasil. Assim, o espírito militar precisa ser avivado de outras maneiras que não somente a defesa da pátria frente a eventuais inimigos. Outras formas de pressão vão, então, se legitimando em nome de um valor maior: a perpetuação dos pilares da doutrina - hierarquia e disciplina - sem as quais o militarismo não vislumbra a manutenção da ordem, tampouco o alcance do almejado progresso.

Na Marinha, é comum que a pressão também se exerça pelo controle do ritmo de execução das tarefas operacionais e administrativas. Uma ordem costuma vir acompanhada de outra: a de “dar o pronto”, ou seja, após o seu cumprimento, deve-se avisar ao superior que a tarefa foi realizada. Assim se reforçam a cadeia de comando e o funcionamento do sistema, que não deve ser questionado.

Uma Organização Militar (OM) voltada para a saúde, como o Hospital Naval de Salvador, é vista por muitos como um lugar onde trabalham “civis de farda”. Talvez pela própria especificidade da missão institucional - avaliar e prestar assistência à saúde de militares e dependentes cadastrados, situação em que a patente não produz o mesmo efeito que em outras OM(s). Essa impressão se acentua pelo fato de que a Marinha abre anualmente um número significativo de vagas a Oficiais Temporários[1], profissionais da saúde convocados ou voluntários que assumem o trabalho nas respectivas áreas de atuação e não necessariamente têm como objetivo tornarem-se militares.

Grande diversidade de aspectos sócio-antropológicos perpassa o cotidiano das Organizações Militares e inspira reflexões sobre o *ethos* militar. Neste artigo, privilegiamos determinados modos como ele comparece na esfera familiar, de uma perspectiva feminina. São reflexões suscitadas ao longo de quatro anos à frente do serviço de psicologia da referida instituição, experiência que possibilitou uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico.[2]

2.0 - A psicoterapia e o mundo militar

É comum se escutar, em tom jocoso, no ambiente militar soteropolitano, que "terapia é coisa para doidos”. Tal estereótipo circula no imaginário social, também fora do mundo militar. "Doidos" ou não, o fato é que uma sombria e enigmática atmosfera se

---

[1] Chamados RM 2 (Reserva Não Remunerada de Segunda Classe), fazem formação militar de 50 dias e permanecem contratados por no máximo 8 anos.
[2] Resultou em dissertação de mestrado (cf bibliog.)

insinua no encontro com o psicoterapeuta, mesmo antes da primeira sessão, o que pode desencorajar a aproximação e o engajamento da pessoa no processo.

No caso, sendo a oferta de tratamento em um hospital militar, com uma psicóloga militar, tal condição suscitava desconfiança quanto à garantia de sigilo e à preservação das identidades dos que ali compareciam. Afinal, no mundo militar há uma série de mecanismos formais e informais de vigilância e controle dos comportamentos, além da preocupação com a imagem de si perante os outros, da qual depende a carreira.

A maior parte de nossa clientela era composta por mulheres: esposas de militares. Diagnosticadas como portadoras de transtorno depressivo ou de ansiedade, acompanhado ou não por dores crônicas, pressão alta, fibromialgia, ganho de peso, ansiedade, dificuldade para dormir etc., faziam uso de medicações e eram-nos encaminhadas pelas psiquiatras. Buscando livrar-se de seus sofrimentos, engajavam-se na psicoterapia ao perceberem que, mesmo usando remédios, não havia resultado mágico e duradouro que dispensasse o próprio esforço. Para tanto, dispunham-se a desafios vividos em nossa companhia, como: a reflexão sobre os papéis assumidos nas diferentes esferas de vida cotidiana; o contato com conflitos e angústias; a busca de percepções mais abrangentes e reflexivas quanto à sua trajetória de vida, ao seu cotidiano e aos seus anseios futuros; a tradução de silêncios em palavras e vice e versa; a aquisição de gestos mais pessoais, ainda que mais arriscados, etc.

A alta incidência dessa procura, e a recorrência de queixas nos levaram a considerar possíveis relações entre o sofrimento feminino e o *ethos* militar.

3.0 - Delineando os contornos da pesquisa e da intervenção

Do lugar sobreposto de psicóloga, pesquisadora e militar, num universo predominantemente masculino, buscamos entrelaçar a compreensão dos processos subjetivos singulares a questões sócio-antropológicas (de gênero, poder e outras nuances do *ethos* militar), para compreender o percurso do sofrimento, adoecimento, bem como as possibilidades de sua superação, por parte de pessoas atendidas. Assim, pareceu-nos oportuno realizar um mapeamento sócio-antropológico das principais dificuldades vividas por essas mulheres, considerando tal perspectiva uma via de acesso privilegiada à esfera da intimidade familiar e suas dinâmicas.

Enquanto oferecíamos apenas esporádicas sessões individuais à vasta clientela feminina, tomava-nos uma sensação de impotência frente à recorrência de suas queixas, sintomas, conflitos e frustrações. A restrita rede de relações sociais, a tendência ao engessamento de papéis no cotidiano, a subserviência como padrão típico nas relações conjugais, a ausência de projetos pessoais, o “confinamento” à esfera doméstica, tudo isso parecia grande demais e impenetrável em termos da serventia das sessões individuais. Decidimos então reuni-las em grupos: no mínimo, perceberiam que não estavam sozinhas nessa condição.

3.1 - Os grupos

Em maio de 2005, iniciamos a condução de dois grupos terapêuticos compostos somente por mulheres, treze integrantes cada um. Um deles reunia mulheres entre 20 e 45 anos; o outro, aquelas com mais de 45 anos. A maioria ingressou após uma ou mais entrevistas psicoterápicas. A adesão deu-se também pelo compromisso assumido quanto ao sigilo absoluto acerca do que ali fosse falado. Os encontros semanais duravam uma hora e meia. Pela fecundidade dos desdobramentos, soubemos que, mesmo após nossa

saída, em meados de 2009, algumas participantes reivindicaram, junto à direção, a continuidade deles, a serem coordenados pelas novas psicólogas.

Ao longo do percurso, nosso olhar de pesquisadora desdobrou-se em duas dimensões entrelaçadas:

a) a primeira, pessoal, relacionada aos impactos decorrentes de uma tensão: por um lado, o fato de ser mulher, paulistana, psicóloga, com formação acadêmica e profissional marcadas pelo viés crítico e pelo horizonte ético da autonomia; por outro lado, a identidade militar temporária compromissada com determinações hierárquicas e disciplinares, que envolviam esforços físicos, psicológicos e éticos. Tudo isso por uma boa oportunidade de trabalho, tão escassa no árido mercado da psicologia clínica;

b) a segunda, supra-pessoal, resultava dos condicionamentos de gênero, ocupação profissional e relações de poder, produzidos e legitimados historicamente, na sociedade e no mundo militar, compondo um conjunto de *scripts*, com marcas que iam das fardas à organização do espaço e do tempo; dos símbolos e rituais às práticas discursivas; dos constrangimentos às suas transgressões.

3.2 - A clínica como pesquisa e a pesquisa como clínica: uma psicologia da ação

As inquietações suscitadas no âmbito da prática clínica requerem articulação de saberes produzidos além dos domínios da Psicologia e Psicanálise. Desta forma, procuramos, durante o estudo, combinar um entendimento psicanalítico e fenomenológico a uma abordagem sócio-antropológica eticamente compromissada.

Ao realizar uma discussão sobre a ética na pesquisa e propor uma “antropologia da ação”, Oliveira (2002) permite uma reflexão extensiva aos domínios da psicologia, cujas práticas vão além da construção de conhecimentos: estão enlaçadas em demandas da ação.

Na nossa sobreposição de papéis (de mulher, psicóloga, pesquisadora e militar), buscamos, por um lado, oferecer uma escuta atenta e respeitosa a essas mulheres, tentando compreender suas experiências; por outro, suscitar-lhes uma percepção mais atenta e crítica dos próprios posicionamentos nas relações, um olhar para a parte que lhes cabia na construção daquela e de outras formas de existência. Visávamos a semear possibilidades de cada uma modificar, no que lhe fosse possível e desejável, a condição desconfortável em que se encontrava: em geral, sobrecarregada, solitária e dependente dos outros.

3.3 – Bases metodológicas

Para as análises, utilizamos um diário de campo com lembranças de falas e ocorrências significativas nos grupos terapêuticos ao longo de três anos. Também realizamos entrevistas individuais semi-estruturadas com oito mulheres, de idades variadas, em fases diferentes do casamento. Sob a forma de conversas, elas eram convidadas a lembrar e narrar passagens da própria vida, estimuladas por questões relacionadas a temas como origem; trajetória de vida; estudo e trabalho; vida afetiva e conjugal; amor e sexualidade; relação com os filhos; mudanças e moradia; amizades, lazer e redes sociais; religião; sofrimento e psicoterapia; visão do mundo militar.

Das oito mulheres, seis participavam dos grupos terapêuticos; sete, de sessões individuais, cuja freqüência variava segundo a necessidade de cada uma. A situação prévia de psicoterapia constituiu a base para um vínculo de confiança, permitindo a abertura para dimensões mais íntimas da experiência vivida e para a aparição de

particularidades da relação firmada com cada uma delas. Tal circunstância resultou fecunda para as narrativas, tanto por propiciar desenvoltura discursiva, quanto por revesti-las do desejo de contribuir para a pesquisa como forma de mostrar gratidão pela acolhida. Nos depoimentos, aparecem elementos absolutamente singulares, assim como angústias e problemáticas semelhantes, relativas à condição social de gênero, classe econômica e organização familiar, perpassadas pelo *ethos* militar.

3.4 - Descobertas e efeitos

Pelo fato de que quatro mulheres dessa amostra já tinham residido em vilas militares e três estavam na época residindo, aproveitamos as entrevistas feitas em casa para observar características e traços distintivos relativos às vilas militares de oficiais e de praças, como: i) localização geográfica; ii) disposição estética e funcional dos espaços; iii) arquitetura e tipos de habitação destinados a cada posto/graduação na hierarquia; iv) serviços disponibilizados aos moradores; vii) relações com a vizinhança; viii) iniciativas comunitárias etc. De modo geral (e isso vale tanto para oficiais quanto para praças), as esferas social, do trabalho e da família tendem a interpenetrar-se no mundo militar.

Os modos como essas mulheres faziam frente a problemáticas comuns revelaram diferenças. Como não nos é possível, aqui, dar voz a cada uma delas, tampouco aprofundar a análise, recortamos alguns aspectos de relevância sócio-antropológica que conferem ao grupo terapêutico uma metodologia profícua de intervenção psicossocial. Ao longo de quatro anos, testemunhamos relatos e cenas que apontaram transformações importantes no modo como as mulheres passaram a encarar situações cotidianas, assumindo posicionamentos autônomos nas suas interações sociais e afetivas. Destacamos:

1- o fortalecimento da própria condição de saúde e bem estar, com a redução das queixas e sintomas inicias. Pela troca de experiências e também pela inserção em outros grupos (em geral religiosos), passaram a nutrir um sentimento de pertença, fé e amizade, que “lhes devolvia o gosto pela vida e a força para encarar dificuldades”; com o tempo, observamos a diversificação das formas de uso dos grupos psicoterápicos: como espaços lúdicos, festivos, informativos e de sociabilidade;

2- o reconhecimento das próprias necessidades e potencialidades, junto a um olhar crítico para si e para o seu entorno. Assim, assumiam uma posição protagonista nas dinâmicas sociais e familiares de que participavam, expressando desconfortos, tomando parte em diálogos e situações incômodas frente às quais, até então, reagiam passivamente. Constatamos mudanças significativas nas negociações conjugais (reivindicações afetivas, sexuais, concernentes à autonomia de tomar decisões, ter acesso ao dinheiro, planejar o lazer da família, orientar os filhos, etc.);

3- a ampliação do repertório de vivências e laços sociais, pela construção de itinerários de circulação pelo bairro e pela cidade. Boa parte dessas mulheres tinha uma trajetória de vida marcada pela errância ligada às “movimentações” das carreiras dos maridos que acarretam mudanças sucessivas. Com algumas exceções, as movimentações são comumente abordadas pelas mulheres e filhos como fonte de sofrimento: afinal, quando superam o período de adaptação, consolidando laços sociais e atividades gratificantes em um local, surge a necessidade de recomeçar tudo de novo alhures. Esse processo gera desgaste emocional e isolamento social.

4 - a possibilidade de mulheres que até não tinham fonte de renda própria, auto-estima, iniciativa e poder de escolha, de passar a ter e a administrar alguma quantia de dinheiro reivindicada junto ao marido ou alcançada por meio da incursão em alguma

atividade remunerada (por exemplo, confecção e venda de artesanatos e cosméticos). Assim, passavam a poder escolher certos bens de consumo e levar adiante iniciativas pessoais, como viajar à cidade natal, comprar roupas e brinquedos para os filhos, fazer cursos supletivo e de informática etc.

5 - a descoberta da internet como meio de informação, pesquisa, interação social, expressão de idéias, trocas afetivas e até mesmo como instrumento de poder e negociação nos conflitos conjugais;

6 - o alargamento significativo do repertório de experiências individuais e de interações sociais, com desdobramentos éticos. Na medida em que determinadas teorias permeadas de preconceitos, medos, recusas e atitudes heterônomas puderam ser processualmente problematizadas e superadas, no convívio respeitoso com outras pessoas, percebemos um incremento das capacidades de escuta, perdão, solidariedade e reflexão nas palavras e gestos das participantes.

Após algum tempo, passou a ser comum a referência feita por elas de que seus maridos estavam questionando a psicoterapia. Queixando-se de que as mulheres "estavam ficando rebeldes", alguns as pressionavam a deixar o grupo. A maioria delas, diante disso, assumia uma postura fortalecida pela pertença: estavam dispostas a pagar o preço dessa escolha e a usar a força de sua resistência como combustível numa luta que não era só delas. Esse dado aponta para uma espécie de vivência política decorrente do trabalho psicológico grupal. Como se cada integrante do grupo passasse a ter uma dupla missão: por um lado, promover a própria saúde e, por outro, promover a saúde de todas as mulheres.

Essa experiência demonstrou que o grupo pode potencializar formas de essas mulheres se diferenciarem como sujeitos que não necessariamente pelo adoecimento. É certo que às vezes a doença já se instaurou. Mesmo assim, há doenças crônicas que são melhor administradas quando se pode pensar, sistematicamente, e na companhia de semelhantes, sobre as motivações sociais e afetivas que afetam o estado de bem ou mal-estar.

Legenda interna - *Figura 1: Encerramento das atividades de 2009 com participantes dos dois grupos*
(Foto e arte: Thaís S. Goldstein)

Acreditamos que uma de nossas principais funções foi realizar mediações no âmbito das comunicações intersubjetivas, fomentando a prática da negociação entre interlocutores que precisavam se confrontar, ainda que imaginariamente. Isso também insere o fazer do psicólogo no campo da moral e da ética, empreendendo uma "razão argumentativa" que, segundo Oliveira (2002), deve estar orientada pelo signo da solidariedade, dos direitos básicos e da autonomia dos sujeitos envolvidos. Trata-se, portanto, de uma ética discursiva, que pressupõe que as fronteiras entre os sujeitos/grupos (que delimitam saberes, valores, visões de mundo diferentes) podem ser porosas ao argumento no discurso, permitindo reflexão por ambas as partes envolvidas na relação dialógica.

Se considerarmos que os grupos pesquisados se formaram, por conta da demanda e não por determinação externa, como grupos de mulheres, parece pertinente indagar sobre um eventual caráter feminista deste estudo. Em certo sentido, sim, ainda que, a princípio, não tivéssemos essa ambição política. Reconhecemos ser preciso problematizar certos meandros da dominação masculina presentes em tantos discursos e práticas sociais - muitas vezes respaldados por formulações pretensamente científicas que são, de fato, moralizantes. Assim, no trabalho com os grupos, buscamos desnaturalizar crenças e estereótipos relativos a gênero, e também enraizar histórica, sociológica e intersubjetivamente, fenômenos equivocadamente concebidos como "coisas em si mesmas", isoladas, de origem endógena, tal como tendem a ser pensadas as (psico)patologias.

Não pretendemos, contudo, apresentar o grupo terapêutico como solução definitiva para os problemas vividos por elas. Tampouco isentá-lo da possibilidade de produzir situações delicadas e também sofrimentos - como sentimentos de desaprovação, tristeza, desprezo, inveja, vergonha, empodeiramento excessivo, rejeição, etc - perante os quais são necessárias intervenções e manejos cuidadosos, que nem sempre surtem os efeitos desejados. Junto a isso, as problemáticas que emergem também têm raízes, contextos, intensidades e expressões que estão além do alcance de um grupo terapêutico.

A intenção destas reflexões é apenas salientar que o dispositivo terapêutico grupal parece ser um rico objeto de análise, merecedor de outros estudos, com distintas abordagens, por revelar-se uma fonte profícua de dados para outros campos de pesquisa e intervenção.

4.0 - Considerações Finais

Concluímos que o *ethos* militar contribuiu para o sofrimento e para o adoecimento de muitas mulheres, na medida em que esteve associado à assimetria de gênero, aos meandros do poder patriarcal dentro de casa, às recorrentes e compulsórias mudanças de estado, à falta de privacidade nas vilas militares, ao embrutecimento dos maridos sujeitos a excessos de serviço e a situações de humilhação social, entre outros aspectos. Mas não pretendemos apontar o *ethos* militar como único fator responsável pelo sofrimento feminino; tampouco afirmar que esse mesmo *ethos* militar não ofereça possibilidades de (re)ação, engajamento e até apropriação de habilidades por parte das mulheres rumo à superação de suas dificuldades. Há passagens biográficas, por exemplo, em que elas enfrentam desafios (como falta de dinheiro, solidão, traição, doença, mudança de estado, criação dos filhos, etc.), recorrendo a contatos e estratégias oportunizados pela Marinha.

Sem dúvida é pertinente que se aprofundem estas análises e se multipliquem as abordagem dos dados colhidos, não só tomando o ponto de vista das mulheres, como

também de homens e outros atores na cena familiar, pertencentes a outros grupos sociais e econômicos. Assim, seria possível explorar outras dimensões que também participam da constituição tanto do sofrimento como das forças em que se amparam as construções de gênero e saúde no mundo contemporâneo.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOLDSTEIN, Thaís. *Experiências de sofrimento feminino sob o olhar de uma psicologia sócio-antropólogica: influências do ethos* militar *nas dinâmicas das famílias de militares. 2007*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP / Paralelo 15, 1998